

A INFLUÊNCIA DA RELAÇÃO FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Beatriz Soto Francisco¹
Carolina Pasquini Ribeiro²

RESUMO

Com os marcos legais que regulamentaram a importância da primeira infância da criança e da responsabilidade da família em relação aos pequenos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), proporcionaram às crianças direitos dentro da Educação Infantil. Diante dessa realidade, a presente pesquisa tem por objetivo refletir de que forma a presença da família no cotidiano da vida escolar pode influenciar no desenvolvimento da criança na Educação Infantil. Com isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa a partir de revisão bibliográfica, fundamentada nas teorias de Piaget, Vygotsky e Wallon, dentre outros teóricos que tratam da mesma temática e relacionam a importância da relação familiar dentro do contexto escolar. Dessa forma, o resultado deste estudo ressalta a importância da relação família e escola no desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos, e como a influência positiva pode incentivar os alunos em seus desafios cotidianos no ambiente escolar. Espera-se com esse estudo proporcionar uma reflexão sobre a importância da relação família e escola e como o desenvolvimento infantil está interligado a boas relações dentro e fora do ambiente escolar.

Palavras-chave: Infância; Desenvolvimento; Família; Escola.

ABSTRACT

The legal frameworks that regulated the importance of children's early childhood and the family's responsibility towards their children, such as the Federal Constitution of 1988, the Law of Guidelines and Bases of 1996 and the Statute of Children and Adolescents (ECA), provided children with rights within Early Childhood Education. Given this reality, this research aims to reflect on how the presence of the family in the daily life of school life can influence the development of children in Early Childhood Education. Therefore, qualitative research was carried out based on a bibliographic review, based on the theories of Piaget, Vygotsky and Wallon, among other theorists who deal with the same theme and relate the importance of family relationships within the school context. Thus, the result of this study highlights the importance of the family-school relationship in the development of children from 0 to 5 years old, and how positive influence can encourage students in their daily challenges in the school environment. This study is expected to provide a reflection on the importance of the family-school relationship and

¹ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Regional de Espírito Santo do Pinhal.

² Pedagoga pelo Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora no Laboratório de Psicologia Genética (LPG/FE/UNICAMP). Professora Universitária na Faculdade Regional de Espírito Santo do Pinhal.

how child development is linked to good relationships inside and outside the school environment.

Keywords: Childhood; Development; Family; School.

INTRODUÇÃO

A infância é classificada como a etapa inicial da vida do ser humano. Sendo compreendida do nascimento aos 12 anos de idade, destacando-se por tratar-se de um período importante para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social do sujeito.

Segundo Jean Piaget (1896-1980), renomado epistemólogo suíço, a infância é marcada por estágios de desenvolvimento, cada qual com características e aquisições próprias, fundamentais para a construção do conhecimento e adaptação ao mundo. Para o estudioso, a inteligência é construída por meio de interações contínuas entre o sujeito e o meio (Piaget, 1970), assim sendo, o autor ressalta a importância das experiências vividas pelo sujeito para o seu desenvolvimento.

Além de Piaget, Vygotski (1896-1934) psicólogo bielo-russo, destaca o papel das interações sociais e culturais no desenvolvimento infantil. Para ele, o aprendizado é um aspecto indispensável do desenvolvimento mental, que está profundamente relacionado ao contexto social e cultural em que a criança está inserida (Vygotski, 1989). Vygotski enfatiza que as experiências da infância não apenas moldam as habilidades cognitivas, mas também as sociais, pois é por meio da interação com outras pessoas que a criança aprende conceitos e desenvolve a linguagem.

As primeiras interações sociais influenciam a base da formação da identidade da criança, ressaltando que as crises que emergem durante as etapas iniciais da vida são superadas por meio da mediação de cuidadores e da estrutura social à qual a criança pertence, construindo as bases para o desenvolvimento de competências emocionais e sociais ao longo da vida.

Assim, vale lembrar, que o conceito de infância é dinâmico e abrange a criança como um ser social, um sujeito histórico e de direitos. Para Ariès (1978), a percepção da infância é um fenômeno relativamente recente. Durante o período medieval, as crianças eram vistas como mini adultos sem um papel estabelecido na sociedade, e a mortalidade infantil era extremamente alta.

Foi somente a partir do século XVI que a particularidade infantil começou a ser reconhecida, diferenciando as crianças dos adultos, considerando sua identidade ou

necessidades próprias. Essa mudança de perspectiva foi fundamental para a construção de uma visão mais adequada sobre o desenvolvimento infantil, compreendendo a criança como um ser único, com características e necessidades específicas que precisam ser respeitadas (Ariès, 1978).

Com relação ao reconhecimento da infância, é importante destacar o papel que diferentes sociedades tiveram na valorização das particularidades infantis. Em diversos países, incluindo o Brasil, a concepção de infância evoluiu ao longo dos séculos, passando de uma visão meramente utilitarista para uma abordagem voltada ao bem-estar, à educação e ao desenvolvimento integral do sujeito. Essa transformação cultural foi essencial para que a infância fosse vista como uma etapa que demanda proteção, cuidado e estímulos adequados.

No Brasil, o percurso histórico da Educação Infantil foi marcado por grandes transformações, sendo reflexo das mudanças sociais, políticas e econômicas que afetaram a forma como a infância é percebida e tratada. Desde o período colonial, quando a educação das crianças estava sob a responsabilidade das famílias e da Igreja, até as políticas públicas mais recentes, que visam garantir o acesso à educação de qualidade desde os primeiros anos de vida, observa-se uma trajetória de avanços significativos, embora ainda persistam desafios em termos de universalização e equidade no atendimento.

Essa trajetória evidencia o reconhecimento gradual da criança como sujeito de direitos, o que se materializa na criação de legislações e políticas públicas voltadas à proteção e ao desenvolvimento integral da primeira infância. A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e o Marco Legal da Primeira Infância de 2016 são exemplos concretos desse avanço, refletindo a preocupação com as particularidades e especificidades da infância no contexto brasileiro.

Ademais, a relação entre escola e família é fundamental para o desenvolvimento infantil. A família é a primeira instância de desenvolvimento da criança, complementada pela ação da escola. O Plano Nacional de Primeira Infância, criado em 2010, enfatiza a importância de ambientes favoráveis ao desenvolvimento infantil, reconhecendo que todas as atividades humanas são condicionadas pela convivência social (Arendt, 2007).

Diante desse contexto, o presente artigo busca refletir de que forma a presença da família no cotidiano da vida escolar pode influenciar no desenvolvimento da criança na Educação Infantil.

Para tanto, julga-se importante considerar o percurso histórico e o conceito de infância construído ao longo dos anos, bem como o papel da criança na sociedade, sua importância e seus direitos assegurados pelas leis.

A escolha do tema se justifica pela observação da pesquisadora durante suas atividades como auxiliar de Educação Infantil em uma rede de ensino público. Nessas atividades, foi possível observar a dinâmica de relação entre a instituição escolar e as famílias das crianças atendidas, bem como a reciprocidade dessa interação.

A metodologia eleita para a realização deste trabalho é a qualitativa. Trata-se de uma revisão bibliográfica, método fundamental em pesquisas acadêmicas, permitindo uma compreensão abrangente e crítica sobre determinado tema ao analisar e sintetizar o conhecimento já existente. Esse método é especialmente relevante para fundamentar teoricamente o estudo e identificar lacunas na literatura que podem ser exploradas e futuras pesquisas.

Posto isto, inicialmente apresentaremos o desenvolvimento infantil e os fatores fundamentais para garanti-lo e, em seguida, englobamos a necessidade da relação família e escola.

1. O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Esta seção, fundamentada em Jean Piaget, explora as fases iniciais do desenvolvimento infantil, focando nos estágios sensório-motor (0-2 anos) e pré-operatório (2-7 anos), bem como apresenta os fatores, que para o epistemólogo suíço, influenciam o desenvolvimento: a maturação, a experiência ativa, interação social e equilíbrio.

Por meio dessa análise, pretende-se destacar como as interações entre o sujeito e o ambiente formam as bases do crescimento infantil.

O desenvolvimento infantil é amplamente reconhecido como uma fase essencial na vida da criança, sendo fundamental para seu crescimento físico, mental, social e emocional. Diversas pesquisas têm abordado esse tema, enfatizando a importância de compreender essa etapa como uma fase estruturante para o ser humano. De acordo com Mantovani de Assis e Dal Coletto (2017), o desenvolvimento infantil pode ser visto como um processo contínuo, no qual a criança, ao longo da infância, constrói o conhecimento por meio de suas interações com o mundo. Essas interações ocorrem tanto no ambiente escolar quanto familiar, sendo este último um dos primeiros espaços de socialização e aprendizado da criança, onde ela desenvolve relações de confiança, amor e respeito.

A centralidade da criança em seu próprio processo de desenvolvimento é um ponto chave na teoria piagetiana. Piaget coloca a criança como protagonista de seu crescimento, destacando que "a construção do conhecimento se dá pela interação do sujeito com o meio" (Piaget, 1970). Essa visão implica que, desde os primeiros anos de vida, a criança não é uma receptora passiva de estímulos, mas sim um agente ativo, que aprende ao interagir com o mundo ao seu redor. Nesse sentido, cada experiência é um passo fundamental na construção do seu pleno desenvolvimento.

Segundo Piaget, o desenvolvimento da inteligência se dá por uma progressiva construção que ocorre a partir da interação entre o sujeito e o ambiente físico e social. Nesse processo, a criança forma e reformula esquemas mentais à medida que explora e aprende com o mundo. Piaget afirma que o sujeito "não é apenas um espectador do universo", mas "constrói ativamente seu conhecimento em contato com o meio" (Piaget, 1970, p. 124).

1.1 As etapas do desenvolvimento infantil segundo Piaget

A teoria piagetiana explica que o desenvolvimento infantil ocorre em etapas, cada uma com características e funções distintas. Piaget apresenta quatro estágios principais: sensório-motor (0-2 anos), pré-operatório (2-7 anos), operatório concreto (8-12 anos) e operatório formal (a partir dos 12 anos). Para fins de análise, abordaremos os dois primeiros períodos, relacionados ao período da criança na Educação Infantil.

O estágio sensório-motor, que se estende do nascimento até por volta dos dois anos de idade, é o momento em que a criança começa a aprender sobre si mesma e o ambiente através de suas ações. Nesse estágio, a criança desenvolve esquemas de ação que possibilitam a assimilação de objetos e pessoas. Segundo a perspectiva de Piaget, esse período é marcado pela "construção prática das noções de objeto, espaço, causalidade e tempo" (Macedo, 1987, p. 48), elementos fundamentais para o desenvolvimento cognitivo inicial. A criança aprende a ajustar seus esquemas de interação de acordo com as demandas do ambiente, em um processo que o estudioso denomina de "adaptação funcional".

Além disso, no final do período sensório-motor, a criança começa a desenvolver a chamada "função simbólica", que Piaget define como a capacidade de substituir um objeto ou acontecimento por uma representação mental. Essa função é primordial pois permite à criança representar mentalmente os objetos, eventos e pessoas que não estão presentes, utilizando palavras, gestos e lembranças. Segundo Macedo (1987, p. 48), "a

função simbólica permite à criança evocar objetos e acontecimentos na sua ausência, o que marca uma transição significativa no seu desenvolvimento".

Após o estágio sensório-motor, a criança passa para o estágio pré-operatório, que ocorre aproximadamente dos 2 aos 7 anos. Nesse período, a criança desenvolve a capacidade de utilizar símbolos para representar o mundo ao seu redor, uma habilidade que amplia consideravelmente sua visão e compreensão do mundo. Segundo Macedo (1987, p. 48), "a criança começa a pensar em objetos ausentes e a criar a partir deles, o que possibilita novas formas de brincar e interagir com o ambiente". Contudo, esse estágio também apresenta limitações, como o egocentrismo, a tendência da criança em perceber o mundo a partir de sua própria perspectiva, o que pode dificultar a compreensão de pontos de vista alheios.

Piaget reconhece que a socialização desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo da criança, uma vez que a interação com outras pessoas permite que ela perceba que sua perspectiva não é a única. Conforme Piaget, é por meio das interações sociais que a criança aprende a relativizar suas próprias opiniões e a compreender que existem outras formas de pensar. A interação social, portanto, é um catalisador para o desenvolvimento cognitivo e para a superação do egocentrismo.

1.1.1 Fatores que influenciam o desenvolvimento

Piaget, identifica quatro fatores que influenciam o desenvolvimento do sujeito: a maturação, a experiência ativa, a interação social e a equilibrarão. Esses fatores interagem entre si promovendo o desenvolvimento.

1. **Maturação:** A maturação refere-se aos processos biológicos que ocorrem de forma natural no organismo da criança, sendo influenciados tanto pela hereditariedade quanto pelo ambiente. No entanto, Piaget adverte que a maturação, por si só, não é suficiente para promover o desenvolvimento cognitivo. Conforme Dolle (2005, p. 122), "a maturação abre possibilidades, mas precisa ser constantemente estimulada pelo exercício e pela prática".
2. **Experiência ativa:** Refere-se às ações da criança sobre o ambiente. É através da manipulação de objetos e da interação com o meio que a criança começa a construir o pensamento lógico-matemático. No entanto, Piaget destaca que, apesar da importância, a experiência ativa por si só não é suficiente para o desenvolvimento da inteligência.

3. Interação social: A socialização é um elemento essencial no desenvolvimento infantil, uma vez que é através da linguagem e da troca de ideias que a criança desenvolve suas capacidades cognitivas. Piaget (1970) argumenta que "a linguagem é um fator de desenvolvimento, mas não a sua origem". Isso significa que a linguagem emerge a partir de estruturas cognitivas previamente formadas, e sua aquisição facilita o desenvolvimento social e intelectual da criança. (p. 123, *apud*. Dolle, 2005)
4. Equilibração: O processo de equilibração é central na teoria piagetiana, sendo descrito como um mecanismo de ajustamento entre assimilação e acomodação. Esse processo ocorre quando a criança enfrenta desafios cognitivos que provocam desequilíbrios em seus esquemas mentais, levando-a a estruturar suas ideias para alcançar um novo estado de equilíbrio. Segundo Dolle (2005, p. 124), "a equilibração é o processo que permite à criança resolver os conflitos cognitivos e restaurar o equilíbrio por meio da modificação de suas estruturas mentais".

Neste sentido, o desenvolvimento infantil, sob a ótica piagetiana, revela-se um processo complexo e profundamente interligado às interações da criança com o ambiente e com as pessoas ao seu redor. Cada etapa e cada fator desempenham papéis fundamentais na construção do conhecimento, promovendo um crescimento que vai além do simples amadurecimento biológico. Através de experiências práticas, interações sociais e da constante busca pelo equilíbrio cognitivo, a criança é capaz de desenvolver sua inteligência e construir as bases que sustentarão suas futuras aprendizagens. Dessa forma, a teoria de Piaget oferece uma visão integrada e dinâmica do desenvolvimento infantil, ressaltando o papel ativo do sujeito nesse processo. Outro aspecto fundamental na teoria piagetiana estabelecida no desenvolvimento infantil e que podemos relacionar diretamente ao âmbito escolar, é a afetividade.

1.1.2 Afetividade

O conceito de afetividade é compreendido como a capacidade individual de experimentar um conjunto de fenômenos afetivos, manifestados por meio de emoções e sentimentos. Na esfera educacional, esse conceito se constrói por meio das interações estabelecidas entre professor/aluno e aluno/aluno, além de estar associado às relações familiares, que também influenciam a formação do indivíduo (DAMASIO, 2014).

A afetividade desempenha um papel central na educação, já que toda ação educativa envolve a presença de um professor e de um aluno interagindo de maneira

afetiva em diversas situações. Segundo Wallon, “a afetividade é um componente essencial do desenvolvimento humano, influenciando não apenas a interação social, mas também o processo de construção do conhecimento” (1995, p. 43).

A perspectiva de Wallon reforça que o desenvolvimento cognitivo não ocorre isoladamente; ele é profundamente influenciado pelos vínculos afetivos estabelecidos no ambiente escolar. Isso implica que as emoções e os sentimentos vividos na sala de aula têm um impacto significativo na motivação e no interesse dos alunos pela aprendizagem.

Nessa linha de pensamento, Piaget (1962) argumenta que “a afetividade precede as funções das estruturas cognitivas, e os estágios afetivos estão intimamente relacionados aos estágios de desenvolvimento cognitivo” (Piaget, 1962, p. 17). Para o pesquisador, a afetividade é um fator essencial que prepara a criança para o aprendizado, sendo responsável por moldar as atitudes e as disposições internas que influenciam a aquisição de conhecimento. A afetividade, nesse sentido, não é vista como um elemento oposto ao desenvolvimento cognitivo, mas como um fator que o integra e o estimula (SILVA; GOMES, 2018).

Vários estudiosos brasileiros também destacam a importância da afetividade no ambiente escolar. Para Souza (2012, p. 58), “o processo de ensino-aprendizagem se torna mais efetivo quando o professor estabelece uma relação de confiança e empatia com seus alunos”. A presença de um vínculo afetivo positivo pode aumentar a motivação e a participação dos alunos, facilitando o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais.

Segundo Carvalho (2010, p.29), “a interação afetiva no ambiente educacional é uma via de mão dupla, em que o professor também é afetado pelos sentimentos e reações dos alunos, o que exige habilidades emocionais para lidar com os desafios da prática docente”.

Assim, a afetividade é um elemento que permeia todas as relações interpessoais no ambiente escolar e familiar, contribuindo para a formação integral do indivíduo. Conforme enfatiza Vygotsky, o aprendizado ocorre de forma mais significativa quando o aluno se sente emocionalmente seguro e apoiado, pois “a emoção é um componente que impulsiona a curiosidade e o desejo de aprender” (VYGOTSKY, 1989, p. 61).

Dessa forma, entendemos que o papel da afetividade no desenvolvimento humano e no ambiente educacional é fundamental para a construção do conhecimento e das competências cognitivas e socioemocionais. A integração da afetividade ao processo

educativo não apenas facilita a aprendizagem, mas também contribui para a formação de vínculos positivos que sustentam o desenvolvimento integral do aluno (SANTOS, 2015).

No contexto escolar, a afetividade desempenha um papel essencial na dinâmica das interações e no desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais dos alunos. As relações estabelecidas no ambiente escolar – seja entre professores e alunos ou entre os próprios estudantes – são permeadas por emoções que influenciam diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Quando a escola é um espaço acolhedor e afetivamente seguro, os alunos tendem a se sentir mais motivados, confiantes e engajados nas atividades propostas, o que potencializa a assimilação de conteúdos e o desenvolvimento integral. Nesse sentido, é fundamental compreender como a afetividade se manifesta e é promovida no cotidiano escolar, destacando práticas pedagógicas que favoreçam o vínculo positivo e o aprendizado significativo, como veremos na seção a seguir.

2. CONTEXTO ESCOLAR E CONTEMPORÂNEO

De acordo com o pesquisador brasileiro Moysés Kuhlmann Jr. (2010), a primeira creche surgiu em 1899, no Rio de Janeiro, ao lado da Fábrica de Tecidos Corcovado. Inicialmente, a finalidade da Educação Infantil era ser assistencialista, focada no cuidado das crianças para permitir que as mães operárias trabalhassem. A concepção de infância e a estrutura da Educação Infantil foram evoluindo, especialmente após a Constituição Federal de 1988, que garantiu o direito das crianças de 0 a 6 anos de frequentar creches e pré-escolas, integrando-as na política educacional nacional.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 reforçou a importância da Educação Infantil, estabelecendo-a como a primeira etapa da educação básica e destacando sua finalidade no desenvolvimento integral da criança em aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Este avanço legal foi um marco significativo para a Educação Infantil no Brasil.

O contexto escolar da Educação Infantil na contemporaneidade é caracterizado por uma abordagem que valoriza tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o socioemocional das crianças. Essa fase, que abrange os primeiros anos de vida, é vista hoje como essencial para a formação integral do ser humano, reconhecendo a criança como um sujeito de direitos e protagonista de seu próprio aprendizado. Oliveira enfatiza que: "a Educação Infantil deve ser compreendida como um espaço de formação integral, em que a criança

é vista como sujeito de direitos, em processo contínuo de desenvolvimento e aprendizagem" (Oliveira, 2019, p. 45).

Nesse sentido, as escolas de Educação Infantil não apenas transmitem conhecimentos formais, mas também promovem experiências significativas que ajudam a moldar a identidade, a autonomia e a capacidade de interação social das crianças. A ênfase é em criar ambientes onde o lúdico, a afetividade e o diálogo estão no centro do processo educativo, facilitando um aprendizado mais natural e envolvente. Essa abordagem é fundamental, uma vez que estudos apontam que as experiências vividas na primeira infância têm efeitos duradouros no desenvolvimento emocional, social e intelectual do indivíduo.

Nos últimos anos, a Educação Infantil no Brasil tem sido pautada por políticas públicas que reconhecem a importância dessa fase para o desenvolvimento humano, alinhando-se às orientações internacionais sobre a primeira infância. O Marco Legal da Primeira Infância, instituído em 2016, representa um avanço significativo, pois estabelece diretrizes que visam assegurar o cuidado e a educação integral das crianças de 0 a 6 anos. A partir dessas políticas, o atendimento às crianças deve contemplar não apenas a aprendizagem de conteúdos formais, mas também o desenvolvimento pleno de suas capacidades emocionais, sociais e físicas. Cruz ressalta que, "o atendimento na primeira infância deve considerar as necessidades afetivas, físicas, cognitivas e sociais das crianças, garantindo um ambiente escolar que promova não apenas o aprendizado, mas também o bem-estar" (Cruz, 2020, p. 58). Esse enfoque integrado reflete uma preocupação crescente com a qualidade da Educação Infantil, evidenciada pela ampliação de vagas, a melhoria das condições de infraestrutura das creches e pré-escolas e a implementação de currículos que considerem a diversidade cultural e as especificidades de cada comunidade.

No contexto contemporâneo, a prática pedagógica na Educação Infantil tem se adaptado às novas demandas sociais, incorporando tecnologias e metodologias ativas que visam uma participação mais dinâmica das crianças no processo de aprendizagem. Isso inclui o uso de recursos digitais, jogos interativos, atividades que envolvem exploração sensorial e outras práticas que promovem um aprendizado mais colaborativo e investigativo. Para Silva e Araújo, "o uso de recursos tecnológicos na Educação Infantil deve ser feito de forma planejada, promovendo a interação e o engajamento das crianças de maneira significativa, sem deixar de lado as experiências lúdicas e sensoriais" (Silva; Araújo, 2021, p. 73).

No entanto, é importante destacar que a introdução de tecnologias deve ser cuidadosa, evitando o uso excessivo e garantindo que as atividades sejam adequadas ao desenvolvimento das crianças. A inclusão das metodologias ativas busca promover a curiosidade, a capacidade de resolver problemas e a cooperação, aspectos essenciais para a aprendizagem na contemporaneidade, além de desenvolver habilidades socioemocionais, como o respeito, a empatia e a comunicação.

Além disso, a formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil é um fator crítico para garantir a qualidade do ensino oferecido. A prática docente requer não apenas conhecimento teórico, mas também habilidades socioemocionais para lidar com as complexas demandas da infância, como a inclusão, a diversidade cultural e as desigualdades sociais. Souza enfatiza que "a formação continuada dos professores da Educação Infantil é fundamental para que eles desenvolvam práticas pedagógicas baseadas na afetividade, na inclusão e na diversidade cultural" (Souza, 2018, p. 31). Essa formação deve ser contínua e contemplar não apenas o desenvolvimento pedagógico, mas também aspectos relacionados ao cuidado e ao bem-estar das crianças, favorecendo uma abordagem educativa mais humanizada e sensível às especificidades da infância. Nesse sentido, a valorização do educador infantil também passa por políticas de valorização profissional, como salários adequados, condições de trabalho apropriadas e acesso a programas de capacitação e desenvolvimento.

Assim, o contexto escolar da educação infantil na contemporaneidade é marcado por um compromisso com a formação integral das crianças, alinhando políticas públicas, práticas pedagógicas inovadoras e a valorização do papel do educador. O foco não é apenas na aprendizagem de conteúdos acadêmicos, mas também na construção de vínculos afetivos, no desenvolvimento de habilidades para a vida e no fortalecimento de valores que contribuem para a convivência em sociedade. A escola, nesse cenário, deve ser um espaço seguro, acolhedor e estimulante, onde a criança é incentivada a explorar, criar e se expressar de maneira livre e autônoma, em um ambiente que respeite sua singularidade e promova seu bem-estar.

Desse modo, a escola de Educação Infantil está voltada para os princípios entre cuidar e educar, em como eles se complementam na formação integral da criança, o qual será abordado a seguir.

2.1 Cuidar e educar

Cuidar e educar na Educação Infantil são dois aspectos fundamentais e complementares no processo de formação das crianças pequenas. Ambos estão interligados e se refletem no desenvolvimento integral dos alunos, ou seja, no desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo (Oliveira, 2016).

Como aponta Oliveira (2016),

1. Cuidar: Refere-se à garantia do bem-estar físico e emocional das crianças. O cuidado envolve ações que atendem às necessidades básicas da criança, como alimentação, higiene, conforto, segurança e saúde. Além disso, o cuidado também se estende ao apoio afetivo e ao acolhimento, criando um ambiente seguro e afetivo para que a criança se sinta protegida e valorizada.

2. Educar: Implica na promoção do desenvolvimento intelectual e social das crianças. A Educação Infantil não se limita ao ensino formal, mas abrange a estimulação das habilidades cognitivas, motoras, linguísticas e socioemocionais.

A Educação Infantil deve propiciar um ambiente lúdico e enriquecedor, em que a criança possa explorar, experimentar, aprender e desenvolver suas capacidades de maneira criativa e autônoma, sempre com o apoio de adultos capacitados e atentos às suas necessidades.

A integração entre esses dois aspectos é essencial para o pleno desenvolvimento da criança. O cuidado cria um ambiente de confiança e segurança, essencial para o aprendizado, enquanto a educação proporciona as ferramentas e experiências que estimulam a criança a aprender, crescer e socializar (Oliveira, 2016).

Portanto, a tarefa dos educadores e cuidadores na Educação Infantil é não apenas ensinar conteúdos, mas também promover um ambiente de afeto e respeito, onde a criança possa se desenvolver de maneira saudável e equilibrada, preparando-a para os desafios do futuro.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) criada em 2017, destaca que o cuidar e o educar são condições inseparáveis e estão interligadas. O cuidado está voltado às necessidades físicas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças, enquanto a educação envolve processos de desenvolvimento e aprendizagem.

Com isso, as famílias tem dificuldade em compreender que a Educação Infantil está voltada a esses dois princípios, pois ainda se julga que a etapa de 0 a 5 anos está voltada somente ao cuidado da criança e esquecem que o cuidar e o educar andam juntos dentro da educação, não há separação entre esses dois pontos.

A integração entre cuidar e educar na Educação Infantil constitui um fundamento essencial para o desenvolvimento integral das crianças. Esses dois pilares, reconhecidos pela BNCC, configuram-se como práticas indissociáveis, que garantem o atendimento das necessidades físicas, emocionais, sociais e cognitivas da criança, além de promoverem um ambiente propício ao aprendizado. Segundo Oliveira (2016), o ato de cuidar e o educar são ações complementares e inseparáveis, sendo assim, necessário reconhecê-las como elementos fundamentais para a construção de experiências significativas na primeira infância.

O ato de cuidar vai além do atendimento das necessidades básicas da criança, como alimentação, higiene e saúde. Ele também engloba o suporte afetivo e o acolhimento, essenciais para a construção de um ambiente seguro e acolhedor. De acordo com Winnicott (1988), a confiança básica no mundo é adquirida a partir da interação afetiva entre a criança e seus cuidadores primários, sendo essa relação um aspecto fundamental para o desenvolvimento emocional saudável.

Dessa forma, o cuidado promove o sentimento de pertencimento e proteção, criando condições indispensáveis para que a criança se sinta segura para explorar o mundo ao seu redor. Além disso, Vygotsky (1987) enfatiza que o desenvolvimento infantil ocorre no contexto das interações sociais, o que reforça a importância de relações baseadas em afeto, respeito e acolhimento durante a primeira infância.

Educar, por sua vez, envolve a promoção do desenvolvimento das múltiplas dimensões da criança: cognitiva, social, emocional e motora. É importante destacar que a Educação Infantil não se restringe à transmissão de conteúdos formais, mas busca estimular habilidades essenciais para a autonomia, a criatividade e a socialização. Como afirma Malaguzzi (1999), idealizador da abordagem Reggio Emilia, em que a criança é feita de cem linguagens – ou seja, é por meio de múltiplas formas de expressão e interação que ela constrói seu aprendizado.

Nesse sentido, o ambiente educativo deve ser planejado para oferecer experiências lúdicas e interativas que favoreçam a curiosidade e a capacidade de experimentar. A BNCC (2017) reforça essa perspectiva ao destacar que as práticas pedagógicas na Educação Infantil devem proporcionar vivências que articulem brincadeiras e aprendizagens, respeitando o ritmo e as particularidades de cada criança.

Considerando as reflexões apresentadas até aqui, depreendemos que a integração entre cuidar e educar é uma premissa que permeia a atuação do educador infantil. Segundo Campos, Füllgraf e Wiggers (2015), não há como cuidar sem educar, assim como não é

possível educar sem cuidar. Essa visão destaca a complementaridade dessas ações no cotidiano das instituições de Educação Infantil, que devem atender às necessidades integrais da criança, compreendendo-a como um ser em desenvolvimento.

O cuidado cria as bases emocionais e físicas para o aprendizado, enquanto a educação fornece ferramentas e estímulos para que a criança construa conhecimento e desenvolva suas habilidades. Como ressalta a BNCC (2017), o educar envolve práticas intencionais que ampliam as experiências e saberes das crianças, promovendo a apropriação de conhecimentos e valores culturais, artísticos, científicos e éticos.

Neste sentido, apesar da consolidação teórica e normativa sobre a indissociabilidade entre cuidar e educar, ainda persiste uma visão social que reduz a Educação Infantil ao cuidado básico, especialmente na faixa etária de 0 a 5 anos. Muitas famílias compreendem essa etapa como um espaço assistencialista, ignorando sua função pedagógica. Esse desafio está relacionado a uma concepção histórica da Educação Infantil no Brasil, que tradicionalmente diferenciava creches (voltadas ao cuidado) das pré-escolas (focadas na educação).

Como explica Kramer (2006), essa dicotomia foi perpetuada por políticas públicas fragmentadas, que reforçaram a divisão entre cuidado e educação. No entanto, a BNCC aponta para a necessidade de superar essa visão, reafirmando que ambas as dimensões são indispensáveis para a formação integral da criança, contudo a formação docente é outro aspecto relevante neste contexto.

A atuação do educador infantil é determinante para a integração eficaz entre cuidar e educar. Segundo Kishimoto:

O educador infantil deve ser capacitado para compreender a criança em sua totalidade, integrando saberes pedagógicos, afetivos e sociais em sua prática cotidiana. Isso significa que a atuação do profissional não se limita ao ensino de conteúdos formais, mas abrange o desenvolvimento integral da criança, promovendo experiências significativas que favoreçam a construção de sua identidade, autonomia e capacidade de interação com o mundo ao seu redor. Para isso, é fundamental que o educador desenvolva uma postura reflexiva e sensível às necessidades individuais e coletivas dos pequenos (2010, p. 85).

Além disso, a formação continuada é essencial para que os profissionais se mantenham atualizados sobre as demandas pedagógicas e as especificidades do desenvolvimento infantil.

Nesta perspectiva, a Educação Infantil é um espaço de cuidado e educação indissociáveis, onde o desenvolvimento integral da criança deve ser promovido por meio de práticas pedagógicas planejadas, acolhedoras e interativas. Para superar os desafios de visão fragmentada, é necessário um esforço conjunto entre escolas, educadores e famílias,

no sentido de construir uma compreensão mais ampla sobre o papel dessa etapa educacional.

Assim, políticas públicas e ações formativas devem se alinhar aos princípios da BNCC, garantindo que o cuidar e o educar sejam reconhecidos como aspectos complementares e indispensáveis. Como explica Vygotski (1987), o desenvolvimento humano é um processo culturalmente mediado, e a Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, é o alicerce desse processo.

Na próxima seção, será abordada a relação entre a escola e a família, destacando como essa parceria é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil. A interação colaborativa entre esses dois contextos é essencial para promover um ambiente de aprendizagem mais coerente, acolhedor e efetivo, favorecendo não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o emocional e social dos alunos. Serão discutidas as estratégias para fortalecer esse vínculo e os desafios enfrentados tanto pelos educadores quanto pelos familiares no contexto contemporâneo.

3. RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

A relação entre a família e a escola é um elemento central para o sucesso do processo educativo, especialmente na Educação Infantil, quando as crianças estão em uma fase crítica de desenvolvimento. Essa fase é marcada pela construção das bases cognitivas, emocionais e sociais das crianças, o que torna fundamental a sinergia entre esses dois contextos. A escola e a família, quando trabalham de maneira colaborativa, ampliam as oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, criando um suporte mais consistente e significativo tanto no ambiente escolar quanto no familiar. Isso não apenas facilita a aquisição de conhecimentos, mas também contribui para o desenvolvimento de valores, hábitos e atitudes positivas. Como afirma Paro:

A relação entre escola e família não pode ser vista como um aspecto periférico do processo educativo. Ela é essencial para que a escola cumpra sua função social, que vai além da mera transmissão de conhecimentos e inclui a formação integral dos alunos. A parceria entre esses dois contextos proporciona à criança a segurança e o apoio necessários para enfrentar os desafios de sua formação (2000, p. 98).

Para que essa relação seja eficaz, é imprescindível que a comunicação entre pais, responsáveis e educadores seja aberta, transparente e contínua. De acordo com Féres-Carneiro (2008, p.35),

A escola deve atuar como um espaço de diálogo e inclusão, onde as famílias se sintam acolhidas e respeitadas em suas particularidades. A qualidade dessa comunicação reflete diretamente no envolvimento dos pais e no desempenho escolar dos alunos.

Além disso, a comunicação deve englobar outros meios, como aplicativos, bilhetes e mensagens eletrônicas, criando um diálogo constante e dinâmico que permita à escola compreender as realidades familiares e aos pais entenderem as práticas pedagógicas da instituição. Como destacam Szymanski e Alencar:

Os professores que estabelecem canais de comunicação eficazes com as famílias não apenas conseguem melhorar o envolvimento dos pais, mas também promovem um ambiente escolar mais acolhedor e colaborativo. Essa aproximação permite que as estratégias pedagógicas sejam mais personalizadas e adequadas às necessidades de cada aluno (2011, p. 112).

O envolvimento ativo das famílias no cotidiano escolar vai além do simples acompanhamento das atividades acadêmicas; ele inclui a participação em eventos, atividades lúdicas e projetos comunitários que promovem a integração entre os dois contextos. Essa participação fortalece a sensação de pertencimento e segurança das crianças, pois elas percebem que seus pais estão presentes e comprometidos com seu aprendizado e bem-estar. Libâneo destaca que:

A integração entre família e escola promove um espaço de apoio mútuo, onde a criança é percebida em sua totalidade. Essa colaboração contribui para o fortalecimento dos vínculos emocionais e para a criação de uma rede de suporte que potencializa o desenvolvimento integral, respeitando as especificidades de cada aluno (2001, p. 45).

Além do impacto emocional, a relação entre a família e a escola influencia diretamente o rendimento acadêmico das crianças. Abramovay aponta que:

A proximidade entre família e escola é um fator determinante para o sucesso escolar. Pesquisas demonstram que alunos cujos pais participam ativamente da vida escolar apresentam não apenas melhores resultados acadêmicos, mas também maior interesse pelas atividades escolares e melhores habilidades de convivência. A escola, por sua vez, precisa criar condições para que essa relação se estabeleça de maneira acolhedora e eficiente (2005, p. 120).

No entanto, a construção de uma relação sólida entre família e escola ainda enfrenta desafios significativos, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e econômicas. Em muitas situações, a falta de tempo dos pais, as barreiras linguísticas e a desconfiança mútua dificultam a comunicação e a cooperação entre os dois contextos.

Portanto, a relação entre a família e a escola é um aspecto fundamental da Educação Infantil contemporânea. Ao compreenderem e valorizarem essa parceria, as instituições educacionais e os pais podem oferecer um suporte mais completo e integrado

ao desenvolvimento das crianças. Essa aliança deve ser contínua, proativa e baseada em princípios de diálogo, respeito e colaboração, com o objetivo de criar um ambiente educacional mais inclusivo, seguro e enriquecedor para as crianças. Como conclui Libâneo (2001, p.62), “o fortalecimento dessa relação é indispensável para a formação de cidadãos conscientes, críticos e capazes de contribuir para a transformação da sociedade”.

Assim, a família desempenha um papel essencial ao favorecer em casa as aprendizagens e comportamentos incentivados na escola, como respeito, disciplina e autonomia, enquanto a escola deve acolher e valorizar as contribuições familiares no processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a presente pesquisa, evidencia-se que o desenvolvimento humano é um processo contínuo, que se desenrola por meio de estágios interdependentes, sem que qualquer um deles seja desconsiderado. Todo indivíduo percorre essas etapas, interagindo, de forma direta e indireta, com o meio e com as pessoas ao seu redor.

Nesse contexto, destaca-se que as relações familiares exercem uma influência significativa sobre o desenvolvimento físico, social e emocional das crianças na Educação Infantil. Para que essa influência seja positiva, é imprescindível que a escola promova a construção de conhecimentos e práticas que valorizem a interação harmoniosa entre família e instituição escolar, reconhecendo a relevância dessa parceria no processo educativo.

A motivação para a realização deste estudo surgiu da constatação de que a influência familiar pode impactar de maneira positiva ou negativa o desenvolvimento das crianças no âmbito da Educação Infantil. No contexto escolar, a afetividade desempenha um papel central, estando diretamente relacionada ao progresso no desenvolvimento infantil. A relação professor-aluno, nesse sentido, assume um papel essencial durante essa fase, contribuindo para a formação integral da criança.

Dessa forma, o objetivo principal desta pesquisa foi refletir de que forma a presença da família no cotidiano da vida escolar pode influenciar no desenvolvimento da criança na Educação Infantil. Os resultados permitiram compreender que tanto a família quanto a escola desempenham papéis fundamentais na vida da criança. Esse entendimento reforça a necessidade de que a escola adote iniciativas que promovam uma relação efetiva

e colaborativa com as famílias, colocando o aluno como o centro do processo de desenvolvimento e aprendizagem na instituição de ensino.

Espera-se que este estudo contribua para fomentar reflexões sobre a aproximação entre Educação Infantil e as famílias acerca da importância de uma relação integrada e colaborativa entre escola e família, destacando-a como um elemento indispensável para o desenvolvimento integral da criança. Essa parceria ativa entre ambas as partes se configura como um alicerce essencial para a construção de uma trajetória educativa sólida e significativa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Família e escola: Novas perspectivas de interação**. Brasília: UNESCO, 2005.

ARENDT, H. **A condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo, Posfácio Celso Lafer, Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007. 10ª ed.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981. 2ª ed.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. LDB – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Plano Nacional de Primeira Infância de 2010**.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J.; WIGGERS, V. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2015.

CARVALHO, M. F. **Educação e Afetividade: O impacto das emoções no ensino-aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2010.

CRUZ, M. F. **Educação Infantil no Brasil: Políticas e práticas pedagógicas contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2020.

DAMASIO, A. **O sentimento de si: O corpo, a emoção e a neurociência da consciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

- DOLLE, J-M. **Para compreender Jean Piaget**. 2ª ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2005
- FÉRES-CARNEIRO, T. **Família e escola: Interfaces e desafios**. São Paulo: Cortez, 2008.
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e prática educativa: Novos olhares**. São Paulo: Cortez, 2001.
- KISHIMOTO, Tizuko M. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2010.
- KRAMER, Sonia. **Educação infantil: fundamentos e práticas**. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- KUHLMANN JUNIOR, M. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2010. (5. ed. atual. ortog.).
- MACEDO, L. **A Perspectiva de Jean Piaget**. Ideias – São Paulo VOL. Nº2. p. 47-51, 1987.
- MALAGUZZI, Loris. **As cem linguagens da criança**. Reggio Emilia, Itália: Reggio Children, 1999.
- MANTOVANI DE ASSIS, O. Z.; DAL COLETO, A. P. **Desenvolvimento e aprendizagem segundo o ponto de vista de Jean Piaget**. In: BORUCHOVITVH, E. et al. (Org). *Temas em Psicologia Educacional: Contribuições para a formação de professores*. Campinas: Mercado de Letras, 2017. 1ª ed. p. 123-149.
- OLIVEIRA, R. S. **A educação infantil e a formação integral na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Cuidar e educar na Educação Infantil**. Campinas: Papyrus, 2016.
- PARO, V. H. **Educação e relações sociais: Família, escola e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2000.
- PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.
- PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- SANTOS, A. L. **Afetividade e aprendizagem: Uma análise psicopedagógica**. Curitiba: Juruá, 2015.
- SILVA, L. F.; ARAÚJO, C. T. **Metodologias Ativas na Educação Infantil: Práticas e reflexões**. Porto Alegre: Penso, 2021.
- SILVA, R. P.; GOMES, T. C. **Psicologia do Desenvolvimento Humano e a Teoria de Piaget**. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

SOUZA, P. C. **Relações afetivas na escola: Estratégias de ensino e aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2012.

SOUZA, P. R. **Formação de professores na educação infantil: Desafios e perspectivas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SZYMANSKI, H.; ALENCAR, E. **Comunicação e relações interpessoais na escola: Uma abordagem pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2011

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WALLON, H. **A psicologia da criança.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

WINNICOTT, Donald W. **A criança e o seu mundo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988.